



SUMÁRIO EXECUTIVO

CONTRIBUTO DO QREN PARA A INCLUSÃO SOCIAL DE INDIVÍDUOS RESIDENTES EM TERRITÓRIOS URBANOS PROBLEMÁTICOS

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL 2007-2013

OUTUBRO 2013

I. INTRODUÇÃO

1. O presente documento constitui o Sumário Executivo do Relatório Final da "Avaliação Estratégica do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) - Contributo do QREN para a Inclusão Social de Indivíduos Residentes em Territórios Urbanos Problemáticos", adjudicada pelo Observatório do QREN / Secretaria Geral do Ministério das Finanças ao consórcio Augusto Mateus & Associados / CEDRU. Este estudo foi elaborado entre novembro de 2012 e junho de 2013, pela Equipa de Avaliação coordenada por Sérgio Barroso e co-coordenada por Maria João Marques e Inês Andrade.
2. O Sumário Executivo está organizado em três pontos principais: no primeiro é feito o enquadramento da avaliação, precisando-se o objeto e explicitando-se as dez questões de avaliação a que o estudo procurou responder; no segundo é apresentado o programa metodológico, explicitando-se os principais métodos utilizados; no terceiro apresenta-se uma síntese das conclusões e recomendações, procurando oferecer-se uma matriz objetiva e organizada que permita uma rápida utilização dos resultados da avaliação.
3. A avaliação realizada apenas vincula a Equipa de Avaliação que manifesta o seu especial agradecimento a todos os indivíduos e entidades que através da resposta a inquéritos, da participação em entrevistas, da disponibilização de informação e do envolvimento em *focus group* locais tornaram este exercício exequível.

II. OBJECTO DE AVALIAÇÃO

4. Tendo por referência os objetivos da avaliação, foram definidas em sede de Caderno de Encargos dois conjuntos de questões de avaliação que estruturaram o exercício realizado e o enfoque dado ao estudo. O primeiro conjunto de seis questões visa uma avaliação de natureza transversal, para as quais se pretende uma apreciação global do desempenho do QREN na ótica da inclusão social nos territórios urbanos problemáticos. No segundo conjunto foi solicitada uma leitura crítica do desempenho do QREN em cada uma das áreas de resultado onde se pretendeu promover a mudança ao nível da inclusão social nos territórios urbanos problemáticos.

Quadro 1. Identificação das Questões de Avaliação

QUESTÕES DE AVALIAÇÃO DE NATUREZA TRANSVERSAL	
QT1.	Quais os impactos (efetivos e potenciais) das intervenções apoiadas pelo QREN ao nível dos diferentes tipos de resultados esperados, em termos quantitativos e qualitativos?
QT2.	Como variam esses impactos em função dos instrumentos de intervenção pública, dos grupos de beneficiários/destinatários e das regiões relevantes?
QT3.	As intervenções têm privilegiado os grupos de beneficiários/destinatários e territórios que representam desafios mais prementes e para os quais os impactos podem ser mais significativos?
QT4.	Os impactos estimados das intervenções apoiadas pelo QREN justificam os custos associados?
QT5.	O volume de recursos financeiros alocado às intervenções é adequado tendo em conta o(s) desafio(s) estratégico(s) em causa e o volume total de recursos disponíveis no QREN?
QT6.	Quais os fatores que se têm revelado mais decisivos para a eficácia, a eficiência e a utilidade das intervenções?
QUESTÕES DE AVALIAÇÃO ESPECÍFICAS DO LOTE 2	
QE1.	As intervenções apoiadas contribuem para aumentar os níveis de autonomia e capacitação dos indivíduos e das comunidades a que pertencem?
QE2.	As intervenções apoiadas contribuem para melhorar as condições de habitabilidade e de convivência nos territórios visados?
QE3.	As intervenções apoiadas contribuem para reduzir a incidência das várias formas de discriminação a que estão sujeitos os indivíduos residentes nos territórios visados?
QE4.	As intervenções apoiadas contribuem para aumentar os níveis de acesso dos indivíduos residentes nos territórios visados aos direitos, liberdades e garantias pessoais previstos na Constituição da República Portuguesa?

Fonte: Equipa de Avaliação (2013)

5. Visando a presente avaliação apreciar o “Contributo do QREN para a Inclusão Social de Indivíduos Residentes em Territórios Urbanos Problemáticos”, o objeto de avaliação resulta da interseção entre três vetores: a inclusão social e as suas problemáticas; a ação do QREN neste domínio das políticas públicas; e, os territórios urbanos problemáticos, enquanto espaços-problema e de intervenção privilegiada.
6. A abordagem do QREN à inclusão social está definida pelo Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), pelos Programas Operacionais Regionais e pelo Programa Operacional de Valorização do Território (POVT). Estes Programas Operacionais apoiam, com incidência variável, a concretização de diversos instrumentos de política pública que concorrem para a promoção da inclusão social nos territórios urbanos problemáticos.
7. Entre os vários instrumentos de política relevantes destacam-se: as Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU) e as Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano (AIDU), no âmbito da “Política de Cidades Polis XXI”, lançada em 2007; os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), criados em 1996; o Programa Escolhas, criado em 2001; os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), criados em 2007; os Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII), criados em 2003.
8. São ainda apoiados pelo POPH os instrumentos que têm vindo a ser implementados e que visam a qualificação do capital humano como o Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), os Cursos de Educação Formação de Adultos (CEFA), a Formação para a Inclusão, e a Formação em Língua Portuguesa para Estrangeiros. Alguns destes instrumentos têm vindo a ser adaptados ou conjugados entre si, para assegurar uma resposta mais eficaz ao contexto social e económico do país, em especial ao aumento do desemprego. A Modalidade de Intervenção Vida Ativa promovida pelo IEFP é ilustrativa desta abordagem.
9. Considerando que o conceito espacial de base à avaliação não se encontra estabilizado no quadro das políticas públicas o exercício realizado convencionou definir “território urbano problemático” como uma área urbana caracterizada pela coexistência de múltiplas problemáticas socio-urbanísticas, pelo desfavorecimento e menor capacitação das suas populações e organizações, pela concentração de grupos mais vulneráveis às diferentes formas de discriminação, pelo estigma social que lhes está associado e pela prevalência de obstáculos diversos ao surgimento de oportunidades.
10. Atendendo ao conceito definido, à espacialização da ação do QREN no combate à pobreza e à exclusão em contexto urbano, à evolução recente das áreas urbanas e ao histórico de abordagem a estes problemas, foram identificadas três tipologias de territórios: centros históricos; bairros sociais; urbanizações periféricas nas áreas metropolitanas.

III. METODOLOGIA

11. Considerando que os territórios urbanos problemáticos não constituem um objeto homogéneo nos diversos instrumentos de política pública apoiados pelo QREN e atendendo à necessidade de desenvolver uma abordagem aprofundada capaz de identificar as mudanças ocorridas nos beneficiários finais das intervenções do QREN, em termos da sua inclusão social, a avaliação foi realizada tendo por base oito estudos de caso.
12. A seleção destes casos foi suportada em critérios objetivos, adequados aos fins da avaliação, nomeadamente: a representação das três tipologias de territórios urbanos problemáticos; a representação dos principais instrumentos de política pública relacionados com a inclusão social; a representação dos diversos grupos alvo mais relevantes, nomeadamente os que são definidos pelo Plano Nacional de Ação para a Inclusão (crianças e jovens, idosos, imigrantes e minorias étnicas) e os ativos em situação de desemprego.
13. A conjugação dos critérios, tendo por base a informação estatística e documental disponível, levou à seleção dos seguintes oito territórios, cuja análise permitiu uma comparação de situações semelhantes, o confronto entre territórios, grupos, instrumentos e resultados (mudança gerada) distintos: Aldoar (Porto); Vale da Amoreira (Moita); Cruz da Picada/Malagueira (Évora); Vila D’Este (Vila Nova de Gaia); Tapada das Mercês (Sintra); Centro Histórico do Porto (Porto); Centro Histórico de Coimbra (Coimbra); Mouraria (Lisboa).

14. Com vista a obter uma leitura aprofundada e objetiva das mudanças geradas pelo QREN em termos de inclusão social, o estudo foi suportada em vinte e sete projetos/ações apoiados pelo FEDER ou pelo FSE nos territórios selecionados. A seleção destes projetos foi suportada em dois critérios principais, designadamente a representação dos vetores específicos de avaliação (autonomia e capacitação, habitabilidade e convivência, discriminações e direitos, liberdades e garantias pessoais) e a representação das diversas estratégias de intervenção (indivíduos, organizações, equipamentos e comunidades).
15. O exercício de avaliação está suportado em 40 entrevistas (gestores de Programas Operacionais, executores de projetos/ações apoiados pelo QREN e atores locais), em 34 inquéritos aos promotores de projetos/ações cofinanciados pelo QREN nos territórios estudados, em 654 inquéritos aos destinatários finais de 24 dos 26¹ projetos/ações selecionados e em 8 *focus group* realizados em cada um dos territórios e nos quais participaram 61 entidades públicas e organizações de base local.

Quadro 2. Síntese da Metodologia dos Inquéritos Realizados aos Destinatários Finais

Projeto	Universo Amostral		Amostra	Respostas Obtidas (N.º)	Taxa de Resposta (%)	Forma de Aplicação
	N.º	Tipo de Grupo				
Aldoar (Porto)						
Projeto Aldoar a Despertar	15	Crianças/jovens participantes no projeto	15	15	100%	Online
CEFA	78	Formandos residentes	50	14	28%	Telefónico
RVCC	372	Formandos residentes	50	50	100%	Telefónico
Vale da Amoreira (Moita)						
Criação de um Mercado para a Diversidade	10	Comerciantes residentes	10	9	90%	Presencial
CLAI do Vale da Amoreira	-	Imigrantes utilizadores do equipamento	50	12	24%	Presencial
Requalificação do espaço público adjacente ao quarteirão entre a Avenida Vasco da Gama e a Avenida Diogo Cão	389	População residente no quarteirão	50	50	100%	Presencial
Bairro Cruz da Picada/Malagueira (Évora)						
Formação para a Inclusão	44	Formandos residentes	44	17	39%	Telefónico
Projeto MUSEpe	10	Residentes que utilizam a horta comunitária	7	7	70%	Presencial
	20	Crianças/jovens que participaram na construção da horta	20	20	100%	Presencial
Vila d'Este (Vila Nova de Gaia)						
Requalificação dos Edifícios de Vila d'Este Fase 1	746	Famílias/Fogos	50	50	100%	Presencial
Formação para a Inclusão	37	Formandos residentes	37	16	43%	Telefónico
RVCC	923	Formandos residentes	50	50	100%	Telefónico
Projeto Escolhe Vilar	40	Crianças/jovens participantes no projeto	40	39	98%	Online
Tapada das Mercês (Sintra)						
Projeto Capacidade	11	Grupos/Organizações	11	7	64%	Online
Associação Islâmica da Tapada das Mercês e Mem Martins	-	Imigrantes utilizadores do equipamento que frequentaram as ações financiadas	50	50	100%	Presencial
CEFA	18	Formandos residentes	18	10	56%	Telefónico
Centro Histórico do Porto						
RVCC	114	Formandos residentes	50	27	54%	Telefónico
CEFA	26	Formandos residentes	26	11	42%	Telefónico
Centro Histórico de Coimbra						
Repavimentação da Rua Corpo de Deus, N. Sra. da Vitória	165	Residentes nas Ruas intervencionadas	25	25	100%	Presencial

¹ No caso dos TEIP, a existência de dados sistematizados pelas Escolas e que integram as bases de dados do Ministério da Educação e Ciência suprimiu a necessidade de aplicação de metodologias de recolha primária de informação.

Projeto	Universo Amostral		Amostra	Respostas Obtidas (N.º)	Taxa de Resposta (%)	Forma de Aplicação
	N.º	Tipo de Grupo				
Repavimentação e Remodelação da Couraça dos Apóstolos	94	Residentes na rua	25	25	100%	Presencial
Formação para a Inclusão - Coimbra	55	Formandos residentes	50	16	32%	Telefónico
Mouraria (Lisboa)						
Extensão das instalações da Junta de Freguesia de São Cristóvão e S. Lourenço (Operação 4)	20	Idosos utilizadores do equipamento	20	17	85%	Presencial
	30	Crianças/jovens utilizadoras	30	22	73%	Presencial
Jornal Bimestral sobre a Mouraria - Jornal Rosa Maria	5.566	Residentes que leem o jornal	50	50	100%	Presencial
Formação em Língua Portuguesa para Estrangeiros	350	Formandos residentes	50	50	100%	Telefónico

Fonte: Equipa de Avaliação (2013)

IV. SÍNTESE DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

16. Considerando a profundidade da avaliação, a densidade das questões e o extenso programa de recolha de evidências, que permitiu obter 57 conclusões específicas que estruturaram as respostas às dez questões de avaliação, as conclusões globais da avaliação e as consequentes recomendações foram organizadas em três grupos de modo a facilitar a sua apropriação pelos futuros instrumentos de política pública a implementar no ciclo de fundos 2014-2020.

Da abordagem estratégica para a promoção da inclusão social nos territórios urbanos problemáticos

17. No primeiro grupo definiram-se as três principais conclusões de natureza estratégica e que resultaram da constatação que as abordagens estratégicas seguidas pelos instrumentos de política pública que visam promover a inclusão social assumem uma grande importância para a obtenção de melhores níveis de utilidade, eficácia e eficiência das intervenções cofinanciadas nos territórios urbanos problemáticos:
- Os territórios urbanos problemáticos não constituem um objeto inequívoco e homogéneo para os diversos instrumentos de política pública de promoção da inclusão social, nem são implementados, geridos e acompanhados de forma integrada, o que condiciona a integração territorial das políticas e uma resposta adequada à imbricação de problemáticas que caracteriza os mecanismos de exclusão - **Recomendações:** 01 02
 - Os territórios urbanos problemáticos caracterizam-se pela diversidade de problemáticas socio-urbanísticas e a resposta a este desafio multidimensional, embora adequadamente abordado através da mobilização de diversos instrumentos de política pública, carece de melhoramentos, especialmente com a dinamização da base económica, das iniciativas empresariais e da economia solidária - **Recomendações:** 03
 - Os territórios urbanos problemáticos caracterizam-se por ciclos geracionais de exclusão e as intervenções do QREN mantiveram lógicas de atuação de curto prazo, não promovendo estratégias locais de longo prazo capazes de contrariar as debilidades estruturais - **Recomendação:** 03

Dos resultados do contributo do QREN para a inclusão social em territórios urbanos problemáticos

18. O segundo grupo de conclusões globais obtidas pela avaliação está relacionado com os resultados obtidos pelo QREN nos territórios urbanos problemáticos, nomeadamente nas quatro principais áreas de atuação: (i) aumentar os níveis de autonomia e de capacitação dos indivíduos e das comunidades; (ii) melhorar as condições de habitabilidade e de convivência nos territórios; (iii) reduzir a incidência das várias formas de

discriminação a que estão sujeitos os indivíduos residentes nos territórios urbanos problemáticos; (iv) aumentar os níveis de acesso dos indivíduos residentes nos territórios visados aos direitos, liberdades e garantias pessoais previstos na Constituição da República Portuguesa. Neste âmbito, foram definidas seis conclusões:

- As intervenções apoiadas pelo QREN revelaram resultados muito positivos na autonomização e capacitação dos indivíduos, em especial junto das crianças e jovens, mas a mobilização dos indivíduos para processos de qualificação foi limitada, por défices de autoestima e motivação para a aprendizagem - **Recomendações:** 04 05
- A capacitação das organizações e grupos locais, o reforço das redes de solidariedade e a dinamização do voluntariado foram concretizados apenas em alguns territórios, o que não permite esperar ganhos generalizados ao nível da resiliência comunitária à crise económica e às mudanças estruturais, nem a criação de condições para que as intervenções futuras possam ser mais participadas e mobilizadoras - **Recomendação:** 10
- As mudanças nas condições de habitabilidade dos territórios estudados, embora pontualmente muito positivas, foram desiguais em virtude dos diferentes graus de incidência dos instrumentos de política apoiados pelo FEDER, e insuficientes para promover a reabilitação do edificado nos Centros Históricos, atendendo à ineligibilidade desta tipologia de intervenção - **Recomendação:** 06 07
- As intervenções apoiadas contribuíram para a melhoria da imagem (interna e externa) dos territórios estudados, com efeitos potenciais na redução do estigma associado ao local de residência, no reforço do sentido de pertença e na dinamização do tecido associativo e do comércio local - **Recomendações:** 06
- As intervenções apoiadas ajudaram a valorizar a diversidade étnica e cultural das diferentes comunidades, criando condições muito positivas para que os imigrantes alcancem uma plena participação na sociedade, embora os resultados ao nível das comunidades ciganas sejam limitados - **Recomendações:** 08 09
- As intervenções apoiadas contribuíram de forma muito positiva para criar condições propiciadoras para que as comunidades residentes nos territórios urbanos problemáticos reforcem o acesso à aprendizagem e a uma cidadania ativa - **Recomendação:** 10

Das lições de experiência para um compromisso dos territórios urbanos problemáticos com os objetivos da estratégia Europa 2020

19. Finalmente, o último grupo de quatro conclusões globais, reúne as principais lições de experiência que a avaliação identificou em termos de crescimento inclusivo, procurando-se apontar pistas para que no próximo ciclo de fundos comunitários, as intervenções nos territórios urbanos problemáticos possam contribuir para a concretização da estratégia Europa 2020, tanto mais quanto neste novo período se exige que os instrumentos de programação e as intervenções apoiadas estejam focados nos resultados da agenda europeia de desenvolvimento:
- Aumentar o Emprego – Em resultado da crise económica e das alterações estruturais, o esforço de capacitação profissional e educativa dos ativos desempregados nos territórios urbanos problemáticos tem sido insuficiente para promover a empregabilidade com a escala e a rapidez desejável, sendo necessário complementar estas ações com instrumentos que facilitem o acesso e a criação do próprio emprego - **Recomendações:** 11 12 13 14
 - Aumentar a Eficiência Energética – As intervenções para aumentar a eficiência energética do edificado, embora limitadas a um dos territórios estudados, contribuíram para reduzir os custos energéticos das famílias e melhorar as condições de habitabilidade, com ganhos indiretos na melhoria do desempenho escolar, no aumento da autoestima e no reforço do sentido de pertença ao território - **Recomendação:** 15

- Reduzir o Abandono Escolar Precoce – Os resultados das intervenções nos territórios urbanos problemáticos permitem destacar que uma ação continuada de combate ao abandono escolar precoce, ao absentismo e ao insucesso através da dotação de meios adicionais e de uma abordagem partilhada que envolva a Escola e a Comunidade, permite obter resultados consistentes, decisivos para interromper os ciclos geracionais da pobreza - **Recomendação: 16**
- Combater a Pobreza e a Exclusão Social – Os resultados obtidos na capacitação e dinamização do tecido associativo local, no mapeamento de necessidades e de recursos e no reforço das redes de parceria estão a permitir em alguns dos territórios aumentar a capacidade de resposta no combate à pobreza e à exclusão social, apesar da redução de recursos financeiros disponíveis, e reforçar as redes solidárias de apoio aos indivíduos e famílias mais desfavorecidas - **Recomendações: 10**

Quadro 3. Síntese de Recomendações da Avaliação

DA ABORDAGEM ESTRATÉGICA PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NOS TERRITÓRIOS URBANOS PROBLEMÁTICOS				
#	Recomendação	Descrição	Destinatários	Operacionalização
Promover a coordenação estratégica intersectorial dos Instrumentos de Política Pública para a Inclusão Social (Coordenação e Acompanhamento)				
1	Criar um Grupo de Trabalho Interministerial para a Inclusão Social em Contexto Urbano e uma Rede de Monitorização Intersectorial	Promover a concertação (desenho, implementação e avaliação) entre as várias políticas e instrumentos que visam a inclusão social (emprego, formação, educação, saúde e inclusão de imigrantes e minorias étnicas) em contexto urbano, assegurar a regular monitorização dos territórios urbanos problemáticos e avaliação dos resultados das intervenções cofinanciadas nestes territórios no período 2014-2020.	Ministérios com competência nos domínios de política pública relevantes, designadamente: segurança social, emprego, educação, economia e território	<u>Grupo de Trabalho Interministerial:</u> liderado pelo representante do Ministro com competência no domínio da segurança social e com representantes dos Ministros com competências nos domínios do emprego, economia, educação e território. <u>Rede de Monitorização Intersectorial:</u> liderada pelo ISS e com representantes do IEFP, das CCDR e das Direções Regionais de Educação.
2	Realizar um estudo de identificação e caracterização dos territórios urbanos problemáticos em Portugal	Efetuar a identificação e caracterização sistemática dos territórios urbanos problemáticos de intervenção prioritária no período 2014-2020. (eg. abordagem inglesa "English indices of deprivation" ou francesa "Nouvelle géographie prioritaire de la politique de la ville").	Ministério com competências no domínio da segurança social	Realização de estudo.
Reforçar as abordagens urbanas integradas para a inclusão social				
3	Promover abordagens urbanas integradas (ITI) e abordagens lideradas pelas comunidades (DLBC) nos territórios urbanos problemáticos	Utilizar os instrumentos de abordagem territorial previstos no QEC para promover abordagens integradas (política de cidades e de inclusão social) com uma duração entre 4 a 6 anos sujeitas a avaliações intercalares, enquadradas em estratégias de desenvolvimento local de longo prazo (mínimo 10 anos), que sejam conduzidas por consórcios locais (autarquias, instituições do terceiro setor e empresas) e dinamizadas por estruturas de animação e com acompanhamento das Redes Sociais.	GT 2020	No processo de preparação do Acordo de Parceria e de elaboração dos PO Regionais e do PO Inclusão e Emprego e na definição dos Regulamentos Específicos.

DA ABORDAGEM ESTRATÉGICA PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NOS TERRITÓRIOS URBANOS PROBLEMÁTICOS				
#	Recomendação	Descrição	Destinatários	Operacionalização
DOS RESULTADOS DO CONTRIBUTO DO QREN PARA A INCLUSÃO SOCIAL EM TERRITÓRIOS URBANOS PROBLEMÁTICOS				
Aumentar os níveis de autonomia e de capacitação dos indivíduos e das comunidades				
4	Dinamizar a capacitação dos ativos e o acesso aos recursos locais, a partir de iniciativas comunitárias	Utilizar os instrumentos de abordagem territorial do QEC (intervenções territoriais integradas e o desenvolvimento local de base comunitária) e os Contratos Locais de Desenvolvimento Social para ampliar a adesão e o impacto dos ativos residentes em territórios urbanos problemáticos às iniciativas de política setorial que visam aumentar a qualificação dos ativos e o acesso das comunidades em situação de exclusão aos recursos locais.	Ministérios com competência nos domínios do emprego, segurança social e território	Na definição dos instrumentos de política pública que enquadrem os instrumentos de abordagem territorial e nos Regulamentos Específicos que orientam o seu financiamento no período 2014-2020.
5	Intensificar as intervenções dirigidas à capacitação de públicos mais afetados pela crise económica	Tendo como enquadramento as Prioridades de Investimento do QEC "8.1 acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores" e "9.1. inclusão ativa, em especial com vista a melhorar a empregabilidade", intensificar as medidas de apoio à empregabilidade e à inclusão ativa dirigidas à capacitação de públicos mais afetados pela crise económica, nomeadamente os jovens, os ativos desempregados mais velhos e os desempregados de longa duração, reduzindo dessa forma os elevados impactes sociais do desemprego nos territórios urbanos problemáticos.	Ministérios com competência nos domínios do emprego e segurança social	Na definição dos instrumentos de política pública que enquadrem as medidas de apoio à empregabilidade e à inclusão ativa e nos Regulamentos Específicos que orientam o seu financiamento no período 2014-2020.
Melhorar as condições de habitabilidade e de convívência nos territórios urbanos problemáticos				
6	Promover a construção de identidades territoriais diferenciadoras nos territórios urbanos problemáticos	Utilizar os instrumentos de abordagem territorial do QEC (intervenções territoriais integradas e o desenvolvimento local de base comunitária) e os Contratos Locais de Desenvolvimento Social para promover a construção de identidades territoriais diferenciadoras nos territórios urbanos problemáticos, utilizando para esse efeito o marketing territorial de recursos locais, os eventos culturais diferenciadores e a instalação/adaptação de estruturas de referência urbana para acolhimento de atividades inovadoras.	Ministérios com competência nos domínios do emprego, segurança social e território	Na definição dos instrumentos de política pública que enquadrem os instrumentos de abordagem territorial e nos Regulamentos Específicos que orientam o seu financiamento no período 2014-2020.

DA ABORDAGEM ESTRATÉGICA PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NOS TERRITÓRIOS URBANOS PROBLEMÁTICOS				
#	Recomendação	Descrição	Destinatários	Operacionalização
7	Diversificar as respostas e serviços aos idosos nos territórios urbanos problemáticos socialmente mais envelhecidos	Assegurar que nos territórios urbanos problemáticos mais envelhecidos é promovida a diversificação das respostas e serviços dirigidos aos idosos, adequando a oferta à crescente heterogeneidade deste grupo e à necessidade de promover um envelhecimento ativo e reduzir o isolamento.	Ministérios com competência nos domínios da segurança social e território	Na definição dos instrumentos de política pública que enquadrem investimentos de proximidade dirigidos aos idosos e nos Regulamentos Específicos que orientam o seu financiamento no período 2014-2020.
Reduzir a incidência das várias formas de discriminação a que estão sujeitos os indivíduos residentes nos territórios urbanos problemáticos				
8	Assegurar que os territórios urbanos problemáticos com prevalência de membros de etnia cigana são objeto das ações previstas na Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2013-2020)	Assegurar que os instrumentos de abordagem territorial do QEC (intervenções territoriais integradas e o desenvolvimento local de base comunitária) e os Contratos Locais de Desenvolvimento Social, que intervêm em territórios urbanos problemáticos onde se concentre população cigana, concorrem para a concretização da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2013-2020), nomeadamente para o reforço da mediação e do diálogo intercultural, para a promoção da educação e da cidadania e para o desenvolvimento de atividades orientadas para a integração social dos ciganos.	Ministérios com competência nos domínios da segurança social e território	Na definição dos instrumentos de política pública que enquadrem os instrumentos de abordagem territorial e nos Regulamentos Específicos que orientam o seu financiamento no período 2014-2020.
9	Assegurar que os territórios urbanos problemáticos com prevalência de população imigrante são objeto de respostas de proximidade	Manter a aposta na oferta de serviços de proximidade para imigrantes em territórios urbanos problemáticos que se distinguem pela concentração de indivíduos deste grupo alvo, optando pela complementaridade entre os CLAI e o apoio a organizações representativas de comunidades imigrantes.	Entidade pública com competências na integração dos imigrantes e das minorias étnicas	Na definição dos instrumentos de política pública que visem a inclusão de imigrantes e nos Regulamentos Específicos que orientam o seu financiamento no período 2014-2020.
Aumentar os níveis de acesso dos indivíduos residentes nos territórios visados aos direitos, liberdades e garantias pessoais previstos na constituição da república portuguesa				
10	Promover a diversificação e capacitação do tecido associativo local e o reforço das redes de parceria	Utilizar os instrumentos de abordagem territorial do QEC (intervenções territoriais integradas e o desenvolvimento local de base comunitária) e os Contratos Locais de Desenvolvimento Social para apoiar as comunidades desfavorecidas no processo de auto-organização e exercício do associativismo, para reforçar o papel e as competências do tecido associativo local no combate à exclusão e à pobreza e para reforçar as abordagens em parceria e a partilha/otimização de recursos.	Ministérios com competência nos domínios da segurança social e território	Na definição dos instrumentos de política pública que enquadrem os instrumentos de abordagem territorial e nos Regulamentos Específicos que orientam o seu financiamento no período 2014-2020.

DA ABORDAGEM ESTRATÉGICA PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NOS TERRITÓRIOS URBANOS PROBLEMÁTICOS				
#	Recomendação	Descrição	Destinatários	Operacionalização
DAS LIÇÕES DE EXPERIÊNCIA PARA UM COMPROMISSO DOS TERRITÓRIOS URBANOS PROBLEMÁTICOS COM OS OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA EUROPA 2020				
Aumentar o emprego				
11	Promover a valorização e o marketing de ativos desempregados residentes em territórios urbanos problemáticos e a animação e qualificação territorial	Utilizar os instrumentos de abordagem territorial do QEC (intervenções territoriais integradas e o desenvolvimento local de base comunitária) e os Contratos Locais de Desenvolvimento Social para valorizar e promover o marketing dos ativos desempregados residentes e a animação e qualificação territorial, alargando as oportunidades de estímulo ao empreendedorismo.	Ministérios com competência nos domínios do emprego, segurança social e território	Na definição dos instrumentos de política pública que enquadrem os instrumentos de abordagem territorial e nos Regulamentos Específicos que orientam o seu financiamento no período 2014-2020.
12	Promover a capacidade empreendedora e empregadora das organizações da economia social	Tendo como enquadramento a Prioridade de Investimento do QEC 9.5. "promoção da economia social e das empresas sociais" do período 2014-2020, dinamizar a capacidade empreendedora e empregadora das organizações da economia social (cooperativas, instituições particulares de solidariedade social, associações de desenvolvimento local e outras instituições sem fins lucrativos), tendo em vista a criação de oportunidades de emprego nos territórios urbanos problemáticos.	Ministérios com competência nos domínios da segurança social	Na definição dos instrumentos de política pública que visem dinamizar a economia social e a inclusão ativa e nos Regulamentos Específicos que orientam o seu financiamento no período 2014-2020.
13	Intensificar as intervenções de apoio ao empreendedorismo jovem e à transição para a vida ativa	Tendo como enquadramento as Prioridades de Investimento do QEC "8.3. emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas" e "9.1. a inclusão ativa, em especial com vista a melhorar a empregabilidade", e considerando os elevados níveis de desemprego jovem nos territórios urbanos problemáticos, deverão ser intensificadas as ações de apoio ao empreendedorismo jovem e à transição para a vida ativa através da aposta em atividades formativas e cívicas que promovam o desenvolvimento de competências empreendedoras e o apoio a iniciativas que gerem emprego.	Ministérios com competência nos domínios do emprego e segurança social	Na definição dos instrumentos de política pública que visem aumentar o acesso ao emprego e dinamizar o empreendedorismo e nos Regulamentos Específicos que orientam o seu financiamento no período 2014-2020.
14	Discriminar positivamente os territórios urbanos problemáticos no acesso a sistemas de incentivos que promovam a dinamização económica e o emprego local	Assegurar que os territórios urbanos problemáticos são positivamente discriminados no acesso a sistemas de incentivos que promovam a dinamização económica e o emprego (sistemas de incentivos <i>minimis</i> , microcrédito e negócios sociais), garantido a adequada articulação entre estes instrumentos e os instrumentos de abordagem territorial previstos no QEC 2014-2020.	Ministérios com competência nos domínios da economia, emprego e território	Na definição dos instrumentos de política pública que visem o apoio local a microempresas e nos Regulamentos Específicos que orientam o seu financiamento no período 2014-2020.

DA ABORDAGEM ESTRATÉGICA PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NOS TERRITÓRIOS URBANOS PROBLEMÁTICOS				
#	Recomendação	Descrição	Destinatários	Operacionalização
Aumentar a eficiência energética				
15	Promover intervenções de melhoria da eficiência energética nos conjuntos habitacionais que registem piores níveis de conservação dos territórios urbanos problemáticos	Tendo como enquadramento a Prioridade de Investimento do QEC "4.3. o apoio à utilização da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação", assegurar que os territórios urbanos problemáticos em que o edificado apresenta piores níveis de conservação são objeto de intervenções de melhoria da eficiência energética dos edifícios.	GT 2020	Processo de preparação do Acordo de Parceria e dos PO Regionais e do PO Inclusão Social e Emprego e na definição dos Regulamentos Específicos.
Reduzir o abandono escolar precoce				
16	Reforçar o envolvimento da comunidade no combate ao abandono e ao insucesso escolar aumentando a articulação estratégica entre projetos, instrumentos e atores	Assegurar que os instrumentos de abordagem territorial do QEC (intervenções territoriais integradas e o desenvolvimento local de base comunitária) e os Contratos Locais de Desenvolvimento Social promovem o combate ao abandono escolar precoce, ao absentismo e ao insucesso e que a articulação entre estes e as iniciativas centradas nas Escolas (TEIP, PIEF,...) têm maior articulação estratégica gerando uma abordagem mobilizadora e partilhada que envolva a Escola e a Comunidade.	Ministérios com competência nos domínios de política pública relevantes, designadamente: segurança social, emprego, educação e território	Na definição dos instrumentos de política pública que enquadrem os instrumentos de abordagem territorial, nos Regulamentos Específicos que orienta, o seu financiamento no período 2014-2020 e no modelo de governação da inclusão em contexto urbano previsto na recomendação nº 1.